

Negócios responsáveis vão além do cumprimento da lei: Direitos humanos e inclusão como pilares da criação de valor

- Governo, empresas, sociedade civil e parceiros de cooperação debatem a participação efectiva das comunidades, a reparação de danos e a inclusão como condições para uma actividade empresarial responsável e sustentável, com particular enfoque no sector extractivo em moçambique.



Foto de família da terceira edição do Diálogo sobre Negócios Responsáveis e Direitos Humanos, subordinada ao tema «Direitos Humanos e Inclusão como Alavancas para a Criação de Valor»

O investimento empresarial tem um papel importante no desenvolvimento económico de Moçambique, sobretudo pela sua contribuição para a criação de emprego, geração de receitas públicas e dinamização das

economias locais. No entanto, particularmente no sector extractivo, nem sempre os benefícios dos investimentos chegam às comunidades que vivem nas zonas de exploração. Em muitos casos, persistem preocupações relacionadas com o

acesso à terra, os reassentamentos, as condições de trabalho e os impactos sobre os meios de subsistência das famílias. Estas questões estiveram no centro do diálogo realizado a 7 de Outubro de 2026, em Maputo, que reuniu representantes do Governo, empresas, sociedade civil e parceiros de cooperação. Ao longo da discussão, os intervenientes defenderam que fazer negócios de forma responsável exige mais do que cumprir a lei ou assumir compromissos públicos. É necessário ouvir as comunidades antes de tomar decisões que afectam as suas vidas, prevenir e reparar os danos causados pelas actividades empresariais e garantir que mulheres, jovens e outros grupos frequentemente excluídos também participem e beneficiem das oportunidades económicas.

Foi neste contexto que o Centro para Democra-

cia e Direitos Humanos (CDD), no âmbito do Programa Cidadania, Negócios e Direitos Humanos (CNDH-MOZ), implementado pelo consórcio constituído pelo CDD, Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD), CARO e Fanelo Ya Mina, com financiamento da União Europeia, promoveu a terceira edição do Diálogo sobre Negócios Responsáveis e Direitos Humanos, subordinada ao tema “Direitos Humanos e Inclusão como Alavancas para a Criação de Valor”. O encontro procurou aproximar diferentes actores para uma reflexão conjunta sobre como tornar a actividade empresarial mais responsável, inclusiva e capaz de gerar benefícios concretos para as comunidades, sem deixar de assegurar a protecção dos direitos humanos.

Governo, empresas e parceiros de cooperação defendem que o crescimento económico deve ser acompanhado pelo respeito aos direitos humanos e por benefícios concretos para as comunidades



Painel de alto nível da sessão de abertura da terceira edição do Diálogo sobre Negócios Responsáveis e Direitos Humanos, subordinada ao tema «Direitos Humanos e Inclusão como Alavancas para a Criação de Valor»

A sessão de abertura do diálogo foi marcada por uma preocupação comum entre os representantes do Governo, do CDD e dos parceiros de cooperação. Embora reconhecendo a importância do investimento privado para o crescimento económico de Moçambique, os intervenientes defenderam que a actividade empresarial deve ser acompanhada por práticas que respeitem os

direitos humanos, promovam a inclusão e assegurem que as comunidades também beneficiem da riqueza gerada. As intervenções destacaram ainda a necessidade de reforçar as instituições públicas, melhorar o relacionamento entre empresas e comunidades e avançar com um quadro nacional de políticas que estabeleça responsabilidades claras para os diferentes actores.

Wietze Sijtsma, Vice Embaixador da Embaixada do Reino dos Países Baixos defende que o respeito pelos direitos humanos fortalece o ambiente de negócios e estabelece condições para o Desenvolvimento



Wietze Sijtsma, Vice-Embaixador do Reino dos Países Baixos em Moçambique, durante a sua intervenção de abertura na terceira edição do Diálogo sobre Negócios Responsáveis e Direitos Humanos

O Vice-Embaixador do Reino dos Países Baixos em Moçambique, Wietze Sijtsma, defendeu que o respeito pelos direitos humanos e o sucesso das empresas não devem ser vistos como ob-

jectivos contraditórios. Na sua perspectiva, os dois aspectos podem reforçar-se mutuamente, na medida em que um ambiente empresarial responsável, sustentado por instituições sólidas e regras previsíveis, cria melhores condições para a realização de investimentos duradouros.

O diplomata destacou que o crescimento económico deve ser acompanhado por oportunidades de inclusão e benefícios concretos

para as comunidades. A sua intervenção chamou, assim, a atenção para a importância de construir um ambiente de investimento em que

a responsabilidade empresarial e a protecção dos direitos humanos façam parte das condições para o desenvolvimento sustentável.

Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD defende que o sucesso dos investimentos deve ser medido pelos benefícios que chegam às comunidades



Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), durante a sua intervenção de abertura na terceira edição do Diálogo sobre Negócios Responsáveis e Direitos Humanos

O Director Executivo do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), Prof. Adriano Nuvunga, defendeu que o sucesso de um investimento não deve ser avaliado apenas pelos lucros das empresas ou pelo volume de recursos mobilizados, mas também pelos benefícios que gera para os trabalhadores e para as comunidades onde opera. Para o responsável do CDD, o respeito pelos direitos humanos deve estar presente nas decisões empresariais, desde as

condições de trabalho e as relações com os fornecedores até ao acesso à terra e ao tratamento das populações afectadas.

Neste contexto, chamou a atenção para a necessidade de garantir que as comunidades não sejam apenas espectadoras dos investimentos realizados nos seus territórios. Defendeu uma participação mais activa da sociedade civil nos processos de diálogo e tomada de decisão, permitindo que as preocupações das populações sejam consideradas pelas empresas e pelas instituições públicas. Destacou igualmente a importância de fortalecer os fornecedores locais, desenvolver capacidades económicas nas comunidades e criar oportunidades que possam

continuar a gerar rendimento mesmo depois do encerramento dos projectos.

Prof. Nuvunga considerou ainda fundamental avançar com a aprovação e implementação do Plano Nacional sobre Negócios e Direitos Humanos, de modo a estabelecer prioridades, definir responsabilidades institucionais e as-

segurar recursos e mecanismos de acompanhamento. Por fim., deixou reforçar em sua intervenção a necessidade de olhar para o investimento não apenas como uma oportunidade de crescimento económico, mas também como um instrumento de melhoria das condições de vida das populações.

Paula Vázquez Horyaans, Chefe da Cooperação da União Europeia destacou a inclusão e a igualdade de género como condições *Seni-quanoes* para investimentos sustentáveis



Paula Vázquez Horyaans, representante da Delegação da União Europeia em Moçambique, durante a sessão de abertura da terceira edição do Diálogo sobre Negócios Responsáveis e Direitos Humanos

A Chefe de Cooperação da União Europeia em Moçambique, Paula Vázquez Horyaans, reafirmou o compromisso da União Europeia com a promoção de investimentos responsáveis, capazes de gerar oportunidades económicas sem comprometer os direitos dos trabalhadores e das comunidades. Na sua intervenção, destacou a importância de combater a discriminação, promover condições de trabalho dignas e assegurar que os benefícios da actividade empresarial se-

jam partilhados de forma mais inclusiva.

A representante da União Europeia sublinhou que a igualdade de género, a inclusão e o diálogo com as comunidades não devem ser tratados como questões secundárias na gestão empresarial. Pelo contrário, constituem elementos importantes para identificar riscos, prevenir conflitos e construir relações de confiança entre investidores e populações. Defendeu, por isso, a necessidade de um quadro nacional de políticas coerente, que permita aproximar os objectivos de crescimento económico da protecção dos direitos humanos e da criação de oportunidades para os diferentes grupos sociais.

Cláudio Mate, Director Nacional de Cidadania e Direitos Humanos, reconhece fragilidades na fiscalização, nas consultas comunitárias e no acesso à reparação e aponta a aprovação do Plano Nacional de Acção sobre Negócios e Direitos Humanos como um primeiro passo para enfrentar estes desafios.



Cláudio Mate, Director Nacional de Cidadania e Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, em representação do Governo de Moçambique, durante a sua intervenção na sessão de abertura da terceira edição do Diálogo sobre Negócios Responsáveis e Direitos Humanos

Em representação do Governo de Moçambique, Cláudio Mate, Director Nacional de Cidadania e Direitos Humanos do Ministério da

Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, reconheceu que a promoção de negócios responsáveis constitui uma condição importante para garantir investimentos mais seguros, previsíveis e duradouros. Na sua intervenção, defendeu que a protecção dos direitos humanos não deve ser entendida como um obstáculo à actividade empresarial, mas como parte das responsabilidades que devem acompanhar a realização dos investimentos.

O representante do Governo chamou a atenção para os desafios que persistem na aplicação da legislação, sobretudo nos sectores relacionados com a exploração de recursos minerais, o acesso à terra e a implementação de grandes infra-estruturas. Entre as principais preocupações, destacou as fragilidades dos processos de consulta comunitária, as dificuldades enfrentadas pelas populações no acesso a mecanismos de reclamação e reparação e as limitações na aplicação efectiva das normas de protecção dos di-

reitos humanos.

Perante estes desafios, Cláudio Mate defendeu a necessidade de actualizar o Plano Nacional sobre Negócios e Direitos Humanos, de modo a responder melhor às realidades actuais da actividade empresarial em Moçambique. Destacou, em particular, a importância de reforçar a protecção dos direitos das mulheres, dos jovens e das pessoas com deficiência, garantindo que estes grupos sejam considerados nas políticas e nas práticas empresariais.

Ivete Espada, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, defende que a responsabilidade empresarial deve começar pela prevenção de riscos e garantir a reparação dos danos causados às comunidades



Painel de diálogo sobre os desafios na protecção dos direitos das comunidades e na responsabilização das empresa. Da esquerda para a direita, Ivete Espada (ACNUDH), Regina Macuácu (Kenmare Moçambique), Décia Madede (Comissão Nacional dos Direitos Humanos), Egas Jossai (jornalista) e Prof. Adriano Nuvunga

(Director Executivo do CDD).

Na sua intervenção, Ivete Espada, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), destacou que as empresas têm um papel importante no desenvolvimento económico, mas que as suas actividades também podem afectar os direitos dos

trabalhadores e das comunidades. Por isso, defendeu que o respeito pelos direitos humanos deve fazer parte da forma como os negócios são conduzidos, e não ser uma preocupação apenas quando surgem conflitos ou reclamações. Para explicar esta responsabilidade, apresentou os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, que assentam em três pilares: o dever do Estado de proteger os direitos humanos, a responsabilidade das empresas de os respeitar e o acesso das pessoas afectadas a mecanismos eficazes de reparação.

A oradora explicou que cumprir a lei ou ter políticas internas de responsabilidade social não significa, necessariamente, que uma empresa esteja a proteger os direitos humanos. É preciso conhecer os riscos das suas actividades, perceber de que forma podem afectar as pessoas e tomar medidas para evitar ou reduzir os danos. Neste

sentido, destacou a importância da diligência devida em direitos humanos, um processo que permite às empresas identificar riscos, prevenir impactos negativos e acompanhar as consequências das suas operações, desde a preparação dos investimentos até à sua implementação.

Ivete Espada chamou particular atenção para os processos de aquisição de terras e reassentamento, sobretudo em projectos que afectam directamente as condições de vida das famílias. Defendeu que as comunidades devem receber informação clara e atempada, ser ouvidas antes da tomada de decisões e ter acesso a mecanismos de reclamação e reparação quando os seus direitos são afectados. Sublinhou também a necessidade de proteger os grupos mais vulneráveis e garantir que as preocupações das populações sejam efectivamente consideradas pelas empresas.

Painel de diálogo destaca desafios na protecção dos direitos das comunidades e na responsabilização das empresas

O painel de diálogo, subordinado ao tema “Fazer Negócios para Além da Conformidade”, reuniu diferentes perspectivas sobre os desafios de garantir que a actividade empresarial respeite os direitos humanos. A discussão trouxe experiências das empresas, preocupações das comunidades e dificuldades enfrentadas pelas

instituições responsáveis pela fiscalização. Entre as principais questões estiveram os processos de consulta comunitária, os reassentamentos, a reparação de danos e a necessidade de assegurar que os investimentos também contribuam para melhorar as condições de vida das populações.

Regina Macuácuá, da Kenmare defende que as comunidades devem ser ouvidas antes das decisões de exploração

Regina Macuácuá, da Kenmare Mozambique, explicou que o diálogo com as comunidades deve começar antes do início das actividades de exploração, permitindo que as populações conheçam os impactos previstos e apresentem as suas preocupações. Partilhou experiências em que as consultas comunitárias levaram à revisão de planos de exploração, sobretudo quando estavam em causa locais importantes para as comu-

nidades, como cemitérios. Reconheceu, no entanto, que os reassentamentos continuam a ser um dos maiores desafios, uma vez que as compensações nem sempre conseguem repor tudo o que as famílias perdem. Por isso, defendeu que as empresas devem manter uma relação próxima com as comunidades, ouvir as suas reclamações e procurar soluções antes que os problemas se agravem.

Dércia Madede, da Comissão Nacional dos Direitos Humanos alerta para compensações insuficientes e dificuldades das comunidades no acesso à reparação

Dércia Madede, da Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), partilhou preocupações identificadas durante actividades de monitoria realizadas em Nampula, Manica e Cabo Delgado. Segundo explicou, existem situações em que famílias afectadas por projectos empresariais recebem compensações de valores muito reduzidos, que nem sempre correspondem às perdas sofridas. Chamou também a atenção para as dificuldades que muitas comunidades enfrentam para apresentar reclamações e obter respostas. Defendeu que os processos de reassentamento e compensação devem ser acompanhados de perto, garantindo que as famílias afectadas sejam identificadas, os pagamentos verificados e os compromissos cumpridos. Reconheceu, contudo, que a falta de recursos humanos e financeiros limita a capacidade de fiscalização da CNDH, tornando necessária uma maior colaboração entre as instituições públicas, as empresas e a sociedade civil.

Dr. Luís Bitone, Docente Universitário defende que construir escolas ou atribuir bolsas não substitui a obrigação de respeitar os direitos humanos

Luís Bitone chamou a atenção para uma questão frequentemente presente na relação entre empresas e comunidades: a ideia de que realizar actividades de responsabilidade social significa, por si só, actuar de forma responsável. Explicou que construir escolas, oferecer bolsas de estudo ou apoiar iniciativas comunitárias são contribuições importantes, mas não dispensam as empresas de respeitar os direitos dos trabalhadores, proteger o ambiente e reparar os danos causados pelas suas operações. Destacou ainda que uma empresa pode cumprir todos os requisitos legais e, mesmo assim, não conquistar a confiança das comunidades. Por isso, defendeu que as consultas comunitárias devem permitir uma participação real das populações e que os compromissos empresariais sejam acompanhados por resultados concretos, particularmente na prevenção de riscos e na protecção dos direitos humanos.

Marta Licuco, em representação da Sociedade civil alerta para a ausência das empresas nos espaços de diálogo e para reclamações comunitárias sem resposta

Marta Licuco, da Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos, trouxe para a discussão preocupações das comunidades que vivem nas zonas de exploração de recursos naturais, particularmente em Cabo Delgado. Explicou que, em muitos casos, as organizações da sociedade civil procuram criar espaços de diálogo para discutir os problemas enfrentados pelas populações, mas nem sempre conseguem contar com a participação das empresas e das autoridades públicas. Esta ausência dificulta a procura de soluções

e deixa muitas preocupações sem resposta. A interveniente alertou também que, embora algumas empresas disponham de mecanismos de reclamação, as comunidades nem sempre conseguem obter respostas efectivas. Defendeu, por isso, maior abertura ao diálogo, cumprimento dos compromissos assumidos e inclusão das comunidades nas decisões que afectam as suas vidas. Para Marta Licuco, os benefícios dos investimentos devem ser avaliados também pelas melhorias que produzem nas condições de vida das populações.

Egas Josai, em representação da comunicação social, defende maior abertura das empresas e transparência na divulgação de informações sobre os impactos das suas actividades nas comunidades.

O jornalista investigativo Egas Josai destacou a importância da informação na relação entre empresas, comunidades e sociedade. Chamou a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas e pelas populações no acesso a informações sobre as actividades empresariais, sobretudo quando estão em causa impactos sociais e ambientais. Explicou que a falta de infor-

mação clara pode alimentar dúvidas, dificultar o acompanhamento das operações e limitar a capacidade das comunidades de exigir respostas. Defendeu, por isso, que as empresas sejam mais abertas na partilha de informação e reconheçam o papel da comunicação social na divulgação de questões de interesse público e na promoção da transparência.

Participantes defendem consultas comunitárias que influenciem as decisões das empresas e garantam respostas às populações

O debate com os participantes trouxe preocupações sobre a forma como as empresas se relacionam com as comunidades, sobretudo nos processos de aquisição de terras, reassentamento e compensação. Os participantes defenderam que as consultas comunitárias devem ir além do cumprimento de formalidades, permitindo que as populações sejam ouvidas e que as suas preocupações sejam consideradas antes da tomada de decisões.

Foram igualmente levantadas questões relacionadas com os direitos dos trabalhadores, a discriminação contra mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e as dificuldades de fiscalização dos grandes projectos. Outra preocupação foi a falta de respostas às reclamações das comunidades, agravada pela capacidade limita-

da das instituições públicas e das organizações da sociedade civil para acompanhar os casos.

Durante a discussão, foi proposta a criação de mecanismos de avaliação do desempenho das empresas em matéria de direitos humanos. Nas respostas, Ivete Espada destacou a importância do acesso dos jovens à informação, Regina Macuácuá reforçou a necessidade de consultas inclusivas e Dércia Madede reconheceu a importância de fortalecer a capacidade de monitoria das instituições.

No encerramento do debate, o Prof. Adriano Nuvunga, Director do CDD, defendeu que estes espaços de diálogo devem chegar também às províncias e aos distritos, aproximando as empresas e as instituições das comunidades que vivem directamente os impactos dos investimentos.

Do diálogo à acção — participantes apontam caminhos para fortalecer os negócios responsáveis em Moçambique

As discussões mostraram que o principal desafio é transformar os compromissos assumidos pelas empresas em práticas que façam diferença na vida das comunidades. Para isso, foi destacada a necessidade de avançar com a actualização, aprovação e implementação do Plano Nacional de Acção sobre Negócios e Direitos Humanos, de modo a clarificar responsabilidades e melhorar a coordenação entre o Estado, as empresas e a sociedade civil.

Outra prioridade é garantir que as empresas identifiquem e previnam os riscos das suas actividades, em vez de procurarem soluções apenas depois de surgirem problemas. As consultas comunitárias devem acontecer antes das decisões, com informação clara e participação efectiva das populações, incluindo mulheres, jovens e pessoas com deficiência.

O encontro reforçou também a importância de melhorar os mecanismos de reclamação e rep-

aração. Para as comunidades, não basta existir um canal para apresentar queixas. É necessário que estas sejam ouvidas, recebam respostas e que os compromissos assumidos sejam cumpridos.

Por fim, os participantes destacaram que o

sucesso dos investimentos deve ser avaliado não apenas pelos resultados económicos, mas também pelo emprego criado, pelas oportunidades para as empresas locais, pelo respeito pelos direitos humanos e pelas melhorias nas condições de vida das populações.





MISSÃO:

Inspirar e impulsionar acções para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungu
Autores: CDD
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Ministry for Foreign
Affairs of Finland



FORD
FOUNDATION



OPEN
SOCIETY
FOUNDATION



UNIÃO EUROPEIA